

**TRABALHO E COVID-19 NO CONTEXTO DO CAPITALISMO  
CONTEMPORÂNEO: A DEVASTAÇÃO DOS SUJEITOS<sup>12</sup>**

**Labor And Covid-19 In The Context Of Contemporaneous Capitalism: The Devastation  
Of Subjects**

**Lêda Gonçalves de Freitas<sup>3</sup>** 

Universidade Católica de Brasília  
Programa de Mestrado e Doutorado em Psicologia<sup>4</sup>  
Brasília, DF, Brasil

**Fernando de Oliveira Vieira<sup>5</sup>** 

Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis  
Departamento de Administração  
Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

**Poliana Gonçalves Ferreira<sup>6</sup>** 

Universidade Católica de Brasília  
Doutoranda do Programa de Mestrado e Doutorado em Psicologia  
Brasília, DF, Brasil

**Beatriz Amália Albarello<sup>7</sup>** 

Centro Universitário IESB, Administração.  
Brasília, DF, Brasil.

**Resumo**

Este ensaio se propõe a problematizar a temática “Trabalho e COVID-19 no cenário do capitalismo contemporâneo”, que acirra a exploração do trabalho e devasta as subjetividades na hegemonia neoliberal. Inicialmente, expomos as particularidades do capitalismo rentista em sua era neoliberal. Em seguida, mostramos o mundo precário do trabalho, acentuado pela pandemia da COVID-19. Por fim, destacamos a devastação das subjetividades e as possibilidades de resistências e transgressões no referido contexto.

**Palavras-chave:** trabalho; Covid-19; Subjetividade; Neoliberalismo.

<sup>1</sup> Editorial do Dossiê Saúde Mental no Trabalho no Contexto da Pandemia de Covid-19, 2022, da Revista Trabalho EnCena.

<sup>2</sup> Copyright © 2022 Freitas *et al.*. Este é um artigo em acesso aberto, distribuído nos termos da Licença Creative Commons - Atribuição que permite o uso irrestrito, a distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o artigo original seja devidamente citado.

<sup>3</sup> [ledagfr@gmail.com](mailto:ledagfr@gmail.com)

<sup>4</sup> QS 7 Rua 800 Lote 01, bloco B, ap. 505, Areal, Águas Claras, Brasília-DF.

<sup>5</sup> [polianagfpsi@gmail.com](mailto:polianagfpsi@gmail.com)

<sup>6</sup> [fernandovieira@id.uff.br](mailto:fernandovieira@id.uff.br)

<sup>7</sup> [beatrizamalia@gmail.com](mailto:beatrizamalia@gmail.com)

## Abstract

This essay aims to problematize the theme "Labor and COVID-19 in the scenario of contemporaneous capitalism", which intensifies the exploration of work, and it devastates subjectivities in neoliberal hegemony. Initially, we expose the particularities of rentcapitalism in its neoliberal era. Next, we reveal the precarious world of labor, accentuated by the COVID-19 pandemic. Finally, we highlight the devastation of subjectivities and the possibilities of resistance and transgressions in this context.

**Keywords:** labor; Covid-19; Subjectivity; Neoliberalism.

---

## Introdução

A pandemia causada pela COVID-19 gerou impacto também no mundo do trabalho. A necessidade de adoção de medidas sanitárias para evitar a propagação do vírus afetou trabalhadores, empresas e empregos. Com isso, o trabalhador teve que se adaptar a uma nova rotina diária e práticas como o *home office* se tornaram uma realidade necessária para a sobrevivência de muitas atividades diante da considerável alta no índice de desemprego.

No Brasil, de acordo com Druck (2021), a pandemia da COVID-19 desvestiu a tragédia neoliberal. Antes da pandemia, já vivíamos uma profunda precarização da vida e do trabalho. A partir de 2016, vimos a aprovação da Emenda Constitucional 95, a qual congelou os gastos sociais por 20 anos; a contrarreforma trabalhista, que estabeleceu a precarização como regra; a contrarreforma da previdência, que adiou a aposentadoria de milhões de brasileiros bem como os cortes nos orçamentos para a educação e saúde pública. Tudo isso somado à postura negacionista do governo Bolsonaro dificultou o enfrentamento da pandemia e trouxe muito sofrimento para os trabalhadores.

De acordo com o IPEA (2021), em novembro de 2020, o número de pessoas em *home office* atingiu 7,3 milhões, representando 7,1% dos 80,2 milhões de trabalhadores com ocupação no Brasil, e traçando o seguinte perfil: 57,8% mulheres; 65,3% da cor branca, 76% com nível superior completo e com predomínio do setor formal no teletrabalho, o equivalente a 6,2 milhões de pessoas (84,8% do total). Os outros 15,2% dos trabalhadores (1,1 milhão de pessoas) em *home office* estavam na informalidade.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE, 2021), realizada em 2020, no auge da pandemia, mostra que a taxa de desocupação ficou em 15,1%, o que representa 2,3 pontos percentuais acima do resultado no mesmo período do ano anterior. Para o IPEA (2020), os efeitos da pandemia sobre a perda da ocupação foram imensamente sentidos. No entanto, esse cenário abalou mais intensamente os trabalhadores sem carteira. O IPEA destaca

que menos da metade dos trabalhadores do setor informal privado continuou ocupado, considerando o primeiro trimestre de 2020 e o mês de maio. Assim, em torno de 35% dos trabalhadores desse grupo foram para o desemprego.

Essas breves considerações sobre os efeitos da pandemia no mundo do trabalho, no Brasil, têm como objetivo expor a gravidade da intensificação do trabalho precário no país, decorrente das práticas dos governos neoliberais impulsionadas desde o golpe de 2016. À vista disso, este ensaio, apresentado em três partes, se propõe a problematizar a temática: trabalho e COVID-19 no cenário do capitalismo contemporâneo, que acirra a exploração do trabalho e devasta as subjetividades na hegemonia neoliberal. Inicialmente, expomos as particularidades do capitalismo rentista em sua era neoliberal. Em seguida, mostramos o mundo precário do trabalho acentuado pela pandemia da COVID-19. Por fim, destacamos a devastação das subjetividades e as possibilidades de resistências e transgressões no referido contexto.

### **Breves considerações sobre o capitalismo financeirizado e o neoliberalismo**

É preciso compreender essa nova fase do capitalismo para entender a exploração atual da força de trabalho e, com isto, avançar em pesquisas a fim de não apenas diagnosticar o voraz adoecimento psíquico dos trabalhadores, mas, acima de tudo, produzir resistências que proliferem outros modos de pensar e agir com o propósito de superar a cultura do capital. Posto isto, assumimos a compreensão do processo de financeirização do capitalismo imaginada pelo economista Ladislau Dowbor (2017) e, do neoliberalismo de Dardot e Laval (2016) e Chauí (2019).

Dowbor considera que, na atual fase do capitalismo, o centro do processo de financeirização está na mudança dos investimentos econômicos na produção e no pagamento de salários para os ganhos improdutivos realizados por meio de aplicações financeiras. Para o autor, a financeirização da economia cria uma distorção dos processos, não só econômicos, mas também sociais e ambientais com a destinação dos recursos financeiros direcionados aos rentistas e suas aplicações. Desse modo, a financeirização da economia sustenta-se na extração dos ganhos produtivos que poderiam impulsionar a economia, porém, são transferidos para a aplicação no mercado financeiro e gerar ganhos improdutivos para acionistas e suas corporações. Estas retiram o máximo da economia, enquanto uma máquina rentista, ao invés de contribuir para o desenvolvimento social e econômico.

À vista disso, as consequências da financeirização, em sua dinâmica rentista, estão na maior concentração de renda de toda a história do capitalismo, o que Dowbor vê como

imoralidade nas desigualdades atuais, uma vez que oito pessoas acumulam mais riqueza do que a metade da população mundial. Outro ponto crítico apresentado pelo autor é a devastação ambiental, que destrói a natureza em ritmo acelerado, muda o clima, arruína a biodiversidade e os solos assim como contamina as águas.

Aliado ao capitalismo financeiro, temos o neoliberalismo, o qual, no atual momento, é muito mais que uma doutrina econômica ao se constituir como uma “nova racionalidade” no jogo de exploração do capitalismo. Dardot e Laval (2016) analisam o neoliberalismo como a nova razão do capitalismo. Para os autores, a questão fulcral é como a racionalidade neoliberal, assentada na competição em todas as áreas da sociedade, passa a totalizar todos os setores da vida humana.

A concorrência não se limita ao mercado, torna-se uma norma nas atividades que produzem o Estado, e assim se dá a construção do Estado-empresa e do sujeito-empresa, dissertam Dardot e Laval. Dessa forma, todos os âmbitos sociais são desenvolvidos como um “mercado” e todas as instituições e pessoas tornam-se empresas em constante concorrência. Por isso, os autores nominam o neoliberalismo como uma nova racionalidade, em razão de atravessar todas as relações sociais. A concorrência, conseqüentemente, passa a compor toda a vida humana e atua diretamente na produção de subjetividades mercantilizadas.

O neoliberalismo, ao provocar uma competição funesta, conforma subjetividades para introjeção da cultura do capital. Dardot e Laval consideram que o neoliberalismo não é somente devastador de direitos e instituições, é, também, um produtor de modos de vida, de certos tipos de subjetividades. Ao normatizar que todas as pessoas vivam em competição, em uma constante luta econômica, as relações sociais, na lógica do mercado, legitimam as profundas desigualdades e conduzem o sujeito a portar-se como uma empresa. Os autores denominam essa logicidade de uma subjetividade “contábil”, tendo em vista a disputa acirrada entre as pessoas.

Diante de uma “subjetivação capitalista”, Dardot e Laval asseveram a feitura de uma relação do sujeito consigo mesmo como um “capital humano”. Desse modo, a relação do sujeito com ele próprio é de um valor que deve ser valorizado o tempo todo. Tem-se, por conseguinte, um controle absoluto da subjetividade operado com maestria no atual contexto de trabalho flexível e de acentuado desemprego.

Chauí (2019) fala do “neoliberalismo como o novo totalitarismo”. Para a filósofa, o neoliberalismo é totalitarismo dadas às diferentes instituições sociais e políticas passarem a ser compreendidas como organizações. Desse modo, há a afirmação de um sentido de homogeneidade e uma rejeição à dissemelhança, à pluralidade da vida, às diversidades

humanas; logo, um totalitarismo, que é a consideração de um mundo igual, similar, sem as diferenças próprias das relações sociais.

O totalitarismo do neoliberalismo é novo, segundo a filósofa, pelo motivo de abarcar o Estado. A autora descreve que, de maneira oposta às formas totalitárias anteriores, na lógica neoliberal é a sociedade que monopoliza o Estado, ou seja, a “sociedade torna espelho para o estado” ao determinar as diversas esferas sociais e políticas como organizações, ou seja, como empresas. Desse modo, a universidade é uma empresa, o Estado é uma empresa, os espaços culturais são empresas, e até as igrejas viram empresas. Para Chauí, as formas totalitárias anteriores tinham o Estado como espelho para a sociedade ao estabelecer a estatização desta, por isso, a filósofa ressalta o “neoliberalismo como novo totalitarismo”, em razão de totalizar todas as esferas sociais como empresa.

As consequências do novo totalitarismo, qual seja, o neoliberalismo, segundo Chauí, são sociais e econômicas. Para o mundo do trabalho, acentua-se o desemprego estrutural e a intensa terceirização e precarização das relações de trabalho. Surge um trabalhador cada vez mais sem emprego seguro, sem sindicatos e qualquer seguridade social, em tempos de trabalho plataformizado possibilitado pelas tecnologias digitais. Além disto, no âmbito político, Chauí compreende que as formas democráticas presentes no capitalismo até então entram em declínio, visto o fim da social democracia com a quebra dos direitos sociais e aumento das desigualdades; e, a decadência da democracia liberal representativa, ao instituir a política como um processo de gestão, isto é, a negação da política, dos espaços de debates e das decisões coletivas.

Essa racionalidade neoliberal evidenciada compõe a dinâmica social do Brasil atual. O golpe contra a presidenta Dilma em 2016 enquadrado o Brasil na agenda neoliberal, produziu a eleição de um governo neoliberal na economia e ultraconservador nos costumes, um governo com perfil neofascista. O presidente que assumiu após o Golpe contra a Presidenta Dilma, Michel Temer, implementou a emenda constitucional do teto dos gastos, realizou a reforma trabalhista que possibilitou a exploração, ainda mais brutal, da força de trabalho e a entrega dos blocos do pré-sal para as empresas norte americanas.

O governo Bolsonaro aprofundou as reformas neoliberais ao reduzir investimentos na educação e saúde, desconstruir o programa Bolsa Família, dizimar o projeto de habitação popular Minha Casa Minha Vida, entre outros projetos sociais. Além disto, dilapida a floresta Amazônica e o meio ambiente, assim como tenta privatizar a previdência social com a capitalização individual. Apesar de não ter conseguido, a reforma da previdência feita por seu governo sacrificou os aposentados de baixa renda, as mulheres, os trabalhadores rurais e urbanos e as pessoas que recebem o BPC.

## **Trabalho precário mais precário na pandemia da COVID-19**

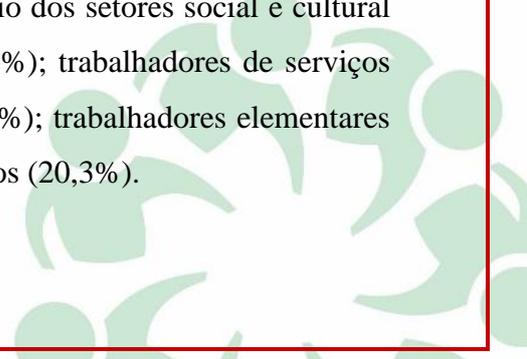
Com o panorama descrito no item anterior, o Brasil entra na pandemia da COVID-19. Logo após o anúncio da Organização Mundial da Saúde sobre a pandemia da Covid-19, houve uma acentuação dos cenários de crise econômica relacionados ao desemprego e ao fechamento de empresas, ressaltando ainda mais as desigualdades socioeconômicas nos vários países do mundo internamente e entre eles. Além do forte impacto negativo da pandemia no mercado de trabalho no curto prazo, estudos recentes mostram que seus efeitos também serão significativos em médio e longo prazo (OCHA, United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs, 2020; Souza, 2022).

No Brasil, a pandemia da Covid-19 exacerbou fatores que já estavam em progresso contínuo, como o baixo crescimento econômico, altos níveis de desemprego, aumento das desigualdades, questionamentos acerca da globalização e as dificuldades políticas de lidar com esse novo fenômeno (Oliveira & Pochmann, 2020).

O trabalho precário apresenta-se sob múltiplas perspectivas, de acordo com a síntese elaborada por Vieira, Freitas, Silva e Moura (2021), quais sejam: a informalidade no trabalho, as perdas de direitos trabalhistas, a falta de segurança nos ambientes de trabalho, a flexibilidade das relações de trabalho, a terceirização, a perda das identidades coletivas e individuais frente ao desemprego estrutural e a ideologia empreendedora que mobiliza a força de trabalho para aceitar “passivamente” o trabalho plataformizado.

O que se percebe com a pandemia é a acentuação dos problemas como o desemprego e o trabalho precarizado. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD Contínua, do terceiro trimestre de 2020, apontam um número elevado de desempregados no Brasil, cerca de 13,5 milhões, ao mesmo tempo em que há um crescimento ocupacional nos setores informais (IBGE, 2020).

Entre o primeiro trimestre e o mês de maio de 2020, 17% dos trabalhadores com carteira assinada da área privada perderam o emprego, conforme o IPEA (2020). A pesquisa do IBGE (2020) revela que a perda mais intensa da ocupação se deu entre as ocupações mais precarizadas no mercado de trabalho, mesmo quando formalizadas, quais sejam: ajudantes de preparação de alimentos (28,5%); vendedores (23,2%); técnicos de nível médio dos setores social e cultural (22,6%); trabalhadores de atendimento direto ao público (22,2%); trabalhadores de serviços pessoais (20,9%); trabalhadores domésticos e de limpeza (21,5%); trabalhadores elementares na agropecuária (20,5%); e trabalhadores qualificados e operários (20,3%).



Outro dado da mesma pesquisa (IBGE, 2020) é que 33,6% das pessoas ocupadas, no período da pandemia, eram informalizadas, totalizando 27,4 milhões de trabalhadores. Para o IPEA (2020), um pouco menos dos trabalhadores do setor privado informal permaneceu ocupada no período entre o primeiro trimestre de 2020 e maio de 2020. O Instituto também revela que 35% dos informais foram para o desemprego, e, mesmo estes, com ocupação no setor público não tiveram estabilidade durante a crise sanitária, sendo que, 54% continuaram trabalhando. O estudo do IBGE mostra que 30% dos trabalhadores por conta própria perderam a ocupação e cerca da metade continuou em atividade.

A pandemia trouxe impacto na precarização da renda dos trabalhadores. O IPEA expõe que em maio de 2020 mais de 44% das pessoas que trabalham por conta própria ganharam menos da metade da renda habitual, e 24,3% não receberam renda alguma. Os trabalhadores que atuam no setor privado sem carteira, em torno de 30%, obtiveram menos da metade da renda habitual e mesmo aqueles atuando com carteira no setor privado receberam 7,8% menos da metade da renda.

À vista disso, as evidências apresentadas pelo IPEA e IBGE expõem as frágeis condições de trabalho durante a pandemia. Tal quadro, associado à lógica do capitalismo financeirizado e neoliberal resulta na acentuação do trabalho precarizado. Desemprego, trabalho informalizado ou flexibilizado, intenso uso de tecnologias para os que puderam ficar trabalhando em casa são fatores instituintes de mais exploração da força de trabalho e, logo, de possível aumento do adoecimento físico e psíquico decorrente do trabalho.

### **Devastação das subjetividades**

Algumas questões se levantam no intuito de pensarmos como este cenário de precariedade das relações sociais e de trabalho tem afetado os sujeitos, estejam eles no desemprego ou na informalidade, estejam registrados(as) e amparados(as) pelas leis trabalhistas.

Em primeiro lugar, cumpre destacar o impacto do uso exagerado das tecnologias digitais na organização do trabalho em formato remoto ou híbrido, no qual a pretensa flexibilidade da jornada laboral não passa de um eufemismo que pode disfarçar violência simbólica e sofrimento (VIEIRA, 2014).



De acordo com dados de uma pesquisa em andamento acerca dessa temática<sup>8</sup>, 75,20% de 661 respondentes de um questionário afirmaram que “exageram no uso de tecnologias digitais (computador, celular, tablete etc) para trabalhar”. Além dessa constatação, há outra que requer investigação mais aprofundada e sinaliza a necessidade de elaboração de políticas públicas e/ou estratégias de enfrentamento ao problema, pois um percentual de 63,30% desse mesmo universo admite concordância total (36,30%) ou parcial (27%) com o seguinte enunciado: “Sinto que posso apresentar algum grau de adoecimento ou de transtorno mental (tais como estresse, ansiedade, depressão, fobia, síndrome do pânico, etc), promovido ou facilitado pelo uso excessivo de tecnologias digitais (computador, celular, tablete etc) para trabalhar”.

Uma análise preliminar sobre esses dados nos leva a inferir que há um tipo de sujeito acelerado, dependente das tecnologias digitais e das redes sociais sem as quais ele tem dificuldade de interagir e de existir. Esses sintomas têm sido associados direta e indiretamente a transtornos de ansiedade, síndrome do pânico, estresse e outros, como se pode verificar nos estudos sobre *nomofobia – no mobile fobia* (medo de ficar sem o telefone celular) ou *FOMO – Fear Of Missing Out* (medo de ficar fora das redes sociais) (KING, NARDI e CARDOSO, 2014).

Na sequência, podemos indagar a respeito dos marcos jurídicos e regulatórios que garantam um mínimo de dignidade a um teletrabalho, conforme a noção de *trabalho decente* da OIT – Organização Internacional do Trabalho. Perguntamos, por exemplo, se um acidente doméstico de um- teletrabalhador- em *home office* poderia ser considerado acidente de trabalho. Esta e outras questões precisam entrar no debate sobre a precarização do trabalho remoto.

Em terceiro lugar, a dinâmica do capitalismo rentista neoliberal, de acordo com as reflexões de Han (2018), produz o sujeito do desempenho ao explorar a liberdade. Assim, o neoliberalismo prega uma visão de homem livre sem exigências externas com o fim de o trabalhador se autoexplorar. Essa exploração de si, segundo Han, torna o trabalhador um empreendedor. Com o sentimento de liberdade, o trabalhador se\* autoproduz e a exploração externa é transformada em autoexploração.

À vista disso, o atual contexto fabrica o insulamento do sujeito. Perfaz um escoamento do agir coletivo, em que todas as responsabilidades e fracassos são atribuídas ao indivíduo

---

<sup>8</sup> O projeto de pesquisa “O impacto do uso das tecnologias digitais na saúde psicológica de trabalhadoras e trabalhadores” encontra-se em andamento desde o final de 2019 sob a coordenação do ESCOPO – Grupo de estudos sobre os coletivos de trabalho e práticas organizacionais” – [www.escopo.uff.br](http://www.escopo.uff.br). Um questionário elaborado com afirmativas em escala *Likert* foi respondido por 670 pessoas e 09 entrevistas em profundidade foram realizadas para complementar qualitativamente os respectivos dados.

solitário. Tem-se, portanto, um sujeito do desempenho. O poder no neoliberalismo, para Han, é sedutor e afirmador. Atua na positividade e não na negatividade do poder disciplinar. Nas sociedades disciplinares, o controle é direcionado ao corpo, limitado aos espaços disciplinares. Já no neoliberalismo, as técnicas de poder não controlam somente o corpo; com a concepção de liberdade e movimento, os sujeitos das sociedades neoliberais são empreendedores, explora-se a psiquê, técnica de poder denominada por Han de psicopolítica.

A psicopolítica neoliberal devasta as subjetividades ao trabalhar as emoções positivas e, assim, explorá-las. Logo, produz um sujeito do desempenho que se otimiza e se explora e está constantemente esgotado. Ao ter todas as dimensões humanas exploradas, os sujeitos vivem em contínua luta consigo mesmos para se adaptarem à ideologia do desempenho. Desse modo, além do cansaço tem pessoas com doenças mentais como a depressão, a ansiedade e o *burnout*.

Para Han, esse controle psicopolítico é cada vez mais possível pelo *Big Data*, que, por meios dos algoritmos, vigia e controla o agir humano. Com alta capacidade de processamento de dados e de informações, *o Big data* é um dispositivo psicopolítico que maneja e influencia a psiquê humana. Assim, na sociedade de controle digital, segundo Han, as pessoas não percebem a vigilância, ao invés, se imaginam em total liberdade – liberdade explorada para o acúmulo do capital.

### **O caminho.... resistir**

Ainda que o atual cenário de financeirização do capital e do *Privilégio da servidão* (ANTUNES, 2018) seja pouco animador à classe trabalhadora, no que se refere a mais dignidade e saúde, entendemos que a luta para se resgatar os direitos sociais conquistados a duras penas passe por várias alternativas, em níveis micro, meso e macro, pois o jogo de forças entre Capital e Trabalho é historicamente marcado por avanços e retrocessos, dependendo da movimentação que se estabelece nos contextos sociais, econômicos, geográficos e culturais.

Na esfera mais nacional, abre-se uma esperança de redirecionamento do Ministério do Trabalho e Emprego com pautas da classe trabalhadora, no que tange a sua proteção social, em caso de acidente, adoecimento e demissão, a partir da recente eleição do presidente Luis Inácio Lula da Silva que, durante a redação deste texto, aguarda para tomar posse em 01/01/2023. Com a eleição de um governo popular que insiste em não ser pautado pelo mercado e enfrenta a política do teto dos gastos para a área social, tem-se uma luz frente à devoradora lógica dos acionistas. No entanto, a comunidade científica, os movimentos sociais e todo o povo precisarão

estar atentos para a disputa de projetos em curso no país. A ascensão do neoliberalismo e a fragilidade de governos progressistas no enfrentamento a essa lógica têm produzido governos totalitários em todo o mundo. A resistência macropolítica passa pela organização de toda a população para garantir o governo popular aliada a ações micropolíticas de descolonização das subjetividades capitalísticas presentes em todas as esferas sociais.

Governos populares, na era do capitalismo rentista neoliberal, podem fazer inúmeras políticas de inclusão social, “colocar o povo no orçamento”, garantir mais verbas para educação, ciência e cultura. No entanto, se o desejo do povo continuar capturado pela produtividade capitalista com suas vidas isoladas, buscando consumo pelo consumo, com pessoas tristes e sem compreensão do mundo em que vivem, num cenário em que o trabalho deixa de ser uma experiência da vida humana para ser somente espaço de ter dinheiro para sobreviver, a transformação econômica macro apontada para o Brasil, nesse momento, não produzirá emancipações.

Assim sendo, para descolonizar as subjetividades capitalistas as ações micros passam por multiplicar o pensar e o agir. O pensar mobiliza o compreender e, ao pensar, a ação se impõe enquanto *práxis* e suscita inventar o impensável, novas formas de viver. Logo, as pessoas se unem em sua pluralidade para agirem e tramarem coletivamente o viver (ARENDDT, 2014). Dessa maneira, a capacidade humana de ser afetada por outros corpos e afetá-los também é aumentada, ou seja, o desejo é impulsionado para o afeto da alegria, que, de acordo com Spinoza (2013/1677), acresce à potência de pensar e agir.

À vista disso, para pesquisadores do trabalho, as resistências micro situam-se na crítica voraz à atual exploração dos trabalhadores, crítica que se amplia para além do contexto acadêmico, visto que o campo de pesquisa dos autores deste artigo, no que tange à metodologia, traz os trabalhadores participantes do estudo como sujeitos históricos que pensam, sentem e agem. Desse modo, a prática de pesquisa mobiliza o pensar, sentir e agir dos sujeitos trabalhadores a fim de fazer perseverar o ser e elevar sua potência como forma de aumentar sua capacidade de agir. Então, é possível impulsionar subjetividades não capturadas pelo capitalismo contemporâneo e avolumar a força humana de enfrentar o real do trabalho.



## REFERÊNCIAS

- Antunes, R. (2018). *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo.
- Arendt, H. (2014). *A condição humana*. 12. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Chauí, M. S. (2019). *Neoliberalismo: a nova forma do totalitarismo*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. <https://aterraeredonda.com.br/neoliberalismo-a-nova-forma-do-totalitarismo/>
- Druck, G. (2021). *A tragédia neoliberal, a pandemia e o lugar do trabalho*. *O Social em Questão*, 1 (49), 11-34.
- Dardot, P., & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Editora Boitempo.
- Dowbor, L. (2017). *A era do capital improdutivo: Por que oito famílias têm mais riqueza*. São Paulo: Autonomia Literária.
- Han, B. C. (2018). *Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Belo Horizonte: Âyiné.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Pesquisa, G. e E. (2020). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID19. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/investigacoes-experimentais/estatisticas-experimentais/27946-divulgacao-semanal-pnadcovid1?=&t=destaques>
- IBGE, Instituto Brasileiro de Pesquisa. (2021). *Pesquisa nacional por amostra de domicílios: PNAD*. Rio de Janeiro: IBGE. <https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/trabalho.php>
- IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2020). *Mercado de trabalho: conjuntura e análise*. v.1, n. 0. Brasília: IPEA. <https://www.ipea.gov.br/portal/>
- IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2021). *Efeitos da pandemia sobre os rendimentos do trabalho*. Brasília: IPEA. [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/210917\\_cc\\_52\\_nota\\_25\\_rendimentos\\_do\\_trabalho.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/210917_cc_52_nota_25_rendimentos_do_trabalho.pdf)
- King, A. L. S., Nardi, A. E., & Cardoso, A. (Eds.) (2014). *Nomofobia: dependência do computador, internet, redes sociais? Dependência do celular? O impacto das novas tecnologias no cotidiano dos indivíduos. Aspectos clínico, cognitivo-comportamental, social e ambiental*. São Paulo: Atheneu.
- OCHA, United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs. (2020). United Nations Coordinated Appel. Global Humanitarian Response Plan Covid-19. <https://www.unocha.org/sites/unocha/files/Global-Humanitarian-Response-Plan-Covid-19.pdf>
- Oliveira, D. A., & Pochmann, M. (Eds.). (2020). *A Devastação do trabalho: A classe do labor na crise da pandemia* (1st ed.). Brasília : Gráfica e Editora Positiva.

<http://sosbrasilsoberano.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2020/12/A-desvastaçãodo-trabalho-CNTE-ISBN-978-65-87240-04-6.pdf#page=9>

Spinoza, B. (2013). *Ética*. Tradução de T. Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica Editora. (Original publicado em 1677).

Souza, R. S. (2022). *Novas e velhas faces do trabalho precarizado e seus impactos na saúde do trabalhador: análise de matérias jornalísticas sobre trabalho informal* (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual Paulista - Unesp, São Paulo, Brasil. <http://hdl.handle.net/11449/217350>

Vieira, F. O. (2014) “*Quem vê cara, não vê coração*”: aspectos discursivos e eufemísticos da *sedução organizacional, que disfarçam violência e sofrimento no trabalho*”. Revista Economia & Gestão, (v. 14, n. 36, jul./set).

Vieira, F. O., Freitas, L. G., Silva, M. S., & Moura, F. A. (2021). *Precariedade das relações de trabalho: uberização e escravidão contemporânea para além do contexto de pobreza*. In: J. K. Monteiro et al (Eds.). *Trabalho, precarização e resistências*. (pp. 72-106). São Luís: EDUFMA.

Contribuições dos autores	
Autor 1	Escrita -Revisão e Edição, Investigação, Metodologia.
Autor 2	Escrita -Revisão e Edição, Investigação, Metodologia.
Autor 3	Primeira Redação, Investigação
Autor 4	Primeira Redação

